

N. 8 FEV 2018

retratos

A REVISTA DO IBGE

CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL E
SUSTENTADO: ODS 8

TEM PECUÁRIA NO MAR

GRANDES SERTÕES: BRASIL

moradas aglomeradas

De outubro/2017
a fevereiro/2018.



CENSO AGRO 2017. NÓS VAMOS COLHER INFORMAÇÕES, O PRODUTOR RURAL VAI COLHER RESULTADOS.

Com o Censo Agro 2017, o IBGE vai a campo para coletar informações e criar um retrato fiel da nossa agropecuária, que representa um dos setores mais importantes para o país, porque movimenta a economia e a vida de todos nós. Assim, a partir desses dados atualizados, o Brasil poderá criar políticas e soluções para todo tipo, tamanho e característica de produtor rural. Se desejar saber mais sobre o questionário ou outras informações, visite nosso site. Receba bem o recenseador do IBGE e responda corretamente as perguntas.

JUNTOS, VAMOS COLHER RESULTADOS PARA O BRASIL.



Saiba mais em
censoagro2017.ibge.gov.br
ou ligue 0800 721 8181

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



CRESCIMENTO COM SUSTENTABILIDADE – UM GRANDE DESAFIO. Nesta edição, continuamos a série dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a discussão sobre a necessidade de se equalizar crescimento econômico e trabalho de qualidade, através de emprego decente, produtividade e inclusão e sempre apreciando a utilização consciente dos recursos ambientais.

Do ponto de vista do espaço urbano, o crescimento também é alvo de reflexão em nossa matéria de capa, sobre os aglomerados subnormais. Com o nome de favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros, a ocupação irregular é narrada sob

o ponto de vista de pesquisadores e moradores.

Por falar em nome, você sabe o que é a malacocultura? Veja nossa matéria na página 22 e descubra mais sobre este cultivo marinho do qual o estado de Santa Catarina é o principal representante.

O caminho da agropecuária continua e segue até os sertões de Minas e Bahia, na série sobre áreas rurais de nosso país continental. E, já que nossa literatura é tão vasta quanto nosso território, mostramos como o Atlas das Representações Literárias pode contribuir para um novo olhar sobre o sertão – ou melhor, os sertões. Boa viagem!

Equipe da redação

expediente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120



Presidente

Roberto Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Cláudio Crespo

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

José Sant' Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE

RESPONSÁVEL

Coordenação de Comunicação Social

Diana Paula de Souza

Editor

Marcelo Benedicto

Editora assistente

Marília Loschi

Editora de arte

Simone Mello

Projeto gráfico

Helga Szpiz

Simone Mello

Reportagem

Eduardo Peret

Helena Tallmann

João Neto

Marília Loschi

Mateus Boing

Mônica Marli

Rita Martins

Editoração eletrônica

Licia Rubinstein

Pedro Vidal

Simone Mello

Foto de capa

Licia Rubinstein

Fotografia

Alana Lima

Alexandre Guimarães

Camille Perissé

Helena Tallmann

José Zasso

Leandro Santos

Licia Rubinstein

Maria das Dores Veloso

Mateus Boing

Rita Martins

Ilustração

Licia Rubinstein

Pedro Vidal

Tratamento de imagens

Licia Rubinstein

Logística de distribuição

Helena Pontes

Colaboradores

Alana Lima

Alexandre Guimarães

Camille Perissé

David Lavinias

Helena Tallmann

José Zasso

Karina Meirelles

Larissa Grizoli

Leandro Santos

Paulo Yan Carlôto

Revisão de textos

Marília Loschi

Impressão

COAN Indústria Gráfica

Ltda.

Tiragem

20.000 exemplares

Retratos a Revista do IBGE

é uma publicação mensal do Instituto para distribuição interna e externa. A publicação não é comercializada. Todos os direitos são reservados.

Caso queira reproduzir as matérias e as imagens desta edição, entre em contato através do nosso e-mail.

Críticas e sugestões:

revistaretratos@ibge.gov.br

5 #ibge/publicações

26 o ibge de Giulia



6 **é preciso saber crescer**

Trabalho digno e produtividade são metas do ODS 8



8 **sertão é quando menos se espera**

Um Brasil que reza por chuvas



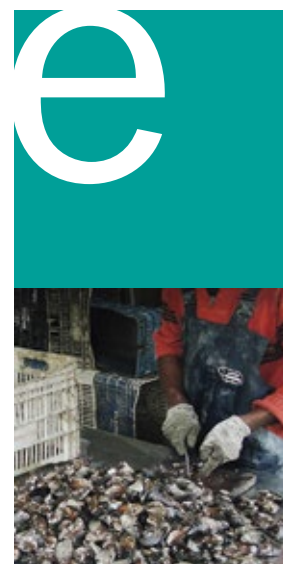
14 **sertão, sertões**

O espaço como personagem na literatura



16 **aglomerados subnormais**

O IBGE que vai às favelas e a outras ocupações irregulares



22 **você conhece a malacocultura?**

Cultivo de moluscos é tradição no Sul

#ibge

agenciadenoticias.ibge.gov.br

@ibgecomunica f/ibgeoficial @ibgeoficial /ibgeoficial

276.143 >>>
total de seguidores

+3.167
novas curtidas no mês

30.454
pessoas envolvidas

570.530
usuários alcançados

**Notícia mais lida na
Agência IBGE Notícias**

Um quarto da população vive
com menos de R\$387 por mês

4.031 goo.gl/
A4CT9K
acessos

Destaque nas redes



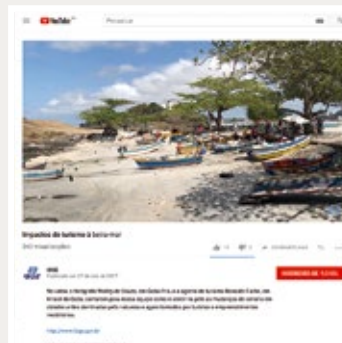
Síntese de Indicadores Sociais



#IBGEemCampo



Mapeamento de Recursos Naturais



Impactos do turismo à beira-mar

referência: dezembro

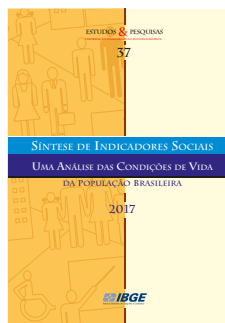
publicações

Visite nossa loja virtual: <http://loja.ibge.gov.br/>



Tipologia Intraurbana - Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil

Esta publicação retrata a diversidade das condições de vida da população e possibilita conhecer as formas de organização interna das cidades, com resultados em escala de detalhe maior do que a do município. Traz temas ligados à adequação de moradia e condições socioeconômicas da população num total de 435 municípios onde residiam mais de 96 milhões de habitantes, ou 50,4% da população.



Síntese de Indicadores Sociais 2017 - uma análise das condições de vida da população brasileira

Reúne múltiplas informações sobre as condições de vida da população, com estatísticas e comentários com base em indicadores que contemplam a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais. Estruturada em três capítulos e fartamente ilustrada em tabelas e gráficos para diferentes desagregações territoriais.



é preciso saber crescer

texto Marília Loschi arte e design Licia Rubinstein

O oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável articula, nas metas que promove, as esferas social, econômica e ambiental. Crescer é preciso, mas com qualidade de vida e sem degradar o meio ambiente. Cimar Azeredo e João Hallak Neto falam sobre crescimento sustentável e trabalho decente e nos mostram um pouco do que o IBGE já vem produzindo para monitorar estes temas no Brasil.

Revista Retratos O que a gente pode chamar de um crescimento econômico sustentado e sustentável no contexto brasileiro?

João Hallak A meta 8.1 (que propõe crescimento mínimo de 7% do PIB anual) é bastante ousada para o Brasil e demais países, mas isto não significa que não deva ser perseguida ou mensurada, muito pelo contrário. Um crescimento econômico sustentado e sustentável deve alcançar níveis anuais positivos e que procure se aproximar deste número. Igualmente importante é que haja uma sequência consistente de taxas positivas de crescimento, o que, com uma adequada distribuição de renda, potencializaria o avanço no bem-estar da população. O crescimento econômico deve também ser sustentável em termos ambientais para as gerações futuras, não exaurindo os recursos naturais, nem gerando efeitos colaterais negativos para a biodiversidade dos países, como a contaminação das águas ou a poluição excessiva do ar.

Cimar Azeredo O crescimento econômico sustentado promove níveis mais altos de produtividade e inovação tecnológica. Para isso, é fundamental incentivar o empreendedorismo e a geração de emprego. O Brasil precisa investir em qualificação e ocupações tecnológicas para

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 8: PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODAS E TODOS

aproveitar o bônus demográfico (quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar): temos 50 milhões de jovens, muitos no desemprego, enfrentando as barreiras da falta de formação, de qualificação e de experiência. Precisamos aproveitar esta força de trabalho.

Retratos Um dos temas recorrentes nesse Objetivo é o trabalho decente. De que se trata?

Cimar É tema central deste ODS. O Brasil tem uma das piores distribuições de renda do mundo, temos problemas graves de discriminação para inserção no mercado de trabalho com relação a gênero, cor/raça, deficiência. Nossas pesquisas mostram que temos mais de 12 milhões de desempregados, a maioria formada por mulheres, pretos ou pardos e jovens. O fantasma do trabalho infantil, apesar da redução apontada pelas pesquisas, ainda está presente no país. Ainda temos crianças e adolescentes submetidas às piores formas de trabalho.

O trabalho decente se baseia na geração de empregos produtivos e de qualidade, na extensão da proteção social e no fortalecimento do diálogo social. Ou seja, a promoção do trabalho decente propõe não somente medidas de

geração de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras, degradantes.

Retratos Quais são as atribuições do IBGE em relação à Agenda 2030 e ao ODS 8?

Cimar O IBGE tem um papel de protagonismo na Agenda 2030 desde a sua concepção, definição das metas e indicadores e até na disseminação no Brasil e junto aos países da América Latina. Nós temos a Pnad Contínua, uma das principais fontes de informação para este ODS, uma das pesquisas mais atualizadas no mundo em relação às estatísticas de trabalho. Somos referência mundial.

Com relação ao trabalho forçado, utilizamos a PNAD anual como instrumento para levantar informações sobre este tema e agora vamos aplicar esta experiência, de novo com o apoio da OIT, na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Com relação à informalidade, tema presente entre os indicadores do ODS 8, já está sendo levantada na Pnad Contínua, e estamos nos planejando para ampliar a investigação introduzindo perguntas relacionadas ao MEI (mi-

croempregador individual) com apoio do Sebrae; estamos também atentos às mudanças da Classificação Internacional de Situação do Emprego.

Retratos Esse ODS também fala de turismo sustentável. Como serão trabalhados sobre o assunto?

João Os resultados econômicos das atividades turísticas, o que simplificado é chamado de “PIB do turismo”, serão obtidos por meio da elaboração da Conta Satélite de Turismo, a partir da parceria do IBGE com o Ministério do Turismo. Temos dois desafios para a obtenção deste indicador, um que será delimitar e mensurar em termos econômicos as atividades turísticas, e outro, ainda maior e mais complexo, que será obter os resultados para um subgrupo deste, o turismo sustentável. Esta definição, que envolve, entre outras dimensões, o desenvolvimento da cultura local como produto turístico, ainda é objeto de debate nos fóruns internacionais dos ODS no âmbito da Agenda 2030. Portanto, há que se aguardar quais critérios internacionalmente acordados serão considerados antes de se concluir o plano de trabalho de obtenção deste indicador. ■



Arquivo IBGE

Cimar Azeredo é especialista em Mercado de Trabalho e é o pesquisador do IBGE responsável por coordenar as estatísticas ligadas a trabalho no ODS 8.



Lígia Rubinstein

João Hallak é doutor em Economia e é o pesquisador do IBGE responsável por coordenar os temas ligados ao crescimento econômico no ODS 8.

sertão é quando menos se espera

texto Helena Tallmann, Marília Loschi e Rita Martins
fotos Maria das Dores Veloso e Rita Martins
design Pedro Vidal

b



Rita Martins

“Futuca a tuia, pega o catadô... Vamo plantá feijão no pó”

Na canção “Arrumação”, do cantor baiano Elomar, o sertanejo lê os sinais da chuva e se apressa para preparar o plantio do feijão “no pó”, ou seja, no solo seco que só após as primeiras águas vai permitir os pequenos brotos. A realidade do clima semiárido brasileiro é de luta pela sobrevivência através de longos períodos de seca, mas também guarda seus segredos e surpresas: as veredas e seus cursos d’água, ecossistemas à parte, mas totalmente integrados às vidas sertanejas. Nesta reportagem, acompanhamos alguns personagens no sertão da Bahia e de Minas Gerais para conhecer melhor seu estilo de vida e sua forma de produzir.

Vidas secas

A resiliência de José, a alegria de Jucelino, a dedicação de Arilma e o apego de Maria formam o retrato do povo sertanejo. Moradores da zona rural de Serrinha e Biritinga, no nordeste baiano, a 198 km de Salvador, eles têm em comum as dificuldades e o orgulho de viver no Sertão.

A história se repete em quase todas as propriedades rurais da região: a agricultura como meio de vida é passada dos pais para os filhos, por gerações inteiras dedicadas à vida na roça, em uma relação de amor e conflito, marcada pela seca.

Quem chega ao sítio do casal Maria e José Mota, encontra dona Maria saindo da plantação de milho com dificuldade, apoiada na enxada: “Estou que não

me aguento em pé”. Com uma hérnia de disco e vários aneurismas cerebrais, a senhora de 59 anos requer cuidados especiais. “Gostava muito [de trabalhar na roça]. Eu me criei trabalhando em roça, plantando milho, ‘rancando’ mandioca. Papai plantava mandioca. Aprendi com ele”, lembra.

“Eu tenho cinco filhos e nenhum trabalha na roça. Querem me tirar daqui, mas como eu vou abandonar meu sítio?”, questiona a senhora que, mesmo com a saúde comprometida, não deixa a vida na zona rural.

Pensamento compartilhado por seu marido, José Mota, que perdeu o braço trabalhando com motor de sisal: “Quando eu tinha 25 anos [perdi o braço] serrando a palha. Quando vi, puxei o braço, cheio de sangue. Deus me deu a vida é pra tra-

balhar, não morri, então tenho que trabalhar. Nunca pensei em sair da agricultura. Eu gosto”.

Com 78 anos, seu José trabalha com todo ânimo no sítio onde são cultivados feijão, milho, hortaliças e algumas frutas. Mesmo diante das situações adversas, é difícil vê-lo reclamar: “Me sinto bem, graças a Deus. Tenho tudo que Deus me dá. Não tenho condições, mas devagarzinho chego lá”.

Quando perguntados sobre a maior dificuldade da vida no sertão, a resposta é unânime: a falta de água. “Quando o inverno é bom, favorece. Quando não é, não dá nada, aí tem que comprar [comida] quando tem dinheiro”, conta dona Maria.

FARINHA PRODUZIDA EM COMUNIDADE

A pouco mais de 30 km dali, na Fazenda Quipé, mora Jucelino Cardoso, agricultor e presidente da Associação Comunitária da região. “O clima aqui em outros tempos já foi muito bom, mas hoje é difícil porque nem sempre a gente pode colher. Nesse ano ainda tivemos um pouco de feijão, mas perdemos quase 90% da safra do milho”, relata.

Além dos grãos, os moradores do Quipé produzem mandioca de forma comunitária e utilizam o produto na fabricação de farinha, que é vendida na própria localidade. “Nós já tivemos aqui 1.500 sacos de farinha [por mês] e hoje, devido à escassez de chuva e ao tempo seco, temos uma média de 150 sacos”, conta Jucelino.



Rita Martins

É a mesma realidade de agricultores dos outros 1.132 municípios que formam o semiárido brasileiro, de acordo com o Ministério da Integração Nacional. A região é marcada por uma média de chuva inferior a 800 milímetros por ano e pelo risco de seca superior a 60%, aspectos que dificultam o êxito no campo.

Em 2016, a falta de chuvas castigou a agricultura baiana, levando a quebras de safra em quase todo o estado, segundo os resultados da pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE. A colheita de mandioca, principal produto agrícola de Serrinha e Biritinga, ficou comprometida.

Em Serrinha, foram colhidas 405 toneladas de mandioca em 2016, pouco menos da metade do que havia sido produzido no ano anterior (941 toneladas) e uma safra quase “simbólica” perto das 26.350 toneladas colhidas dez anos antes, em 2006. Em Biritinga, por sua vez, a safra de apenas 160 toneladas de mandioca colhida em 2016 foi a menor dos últimos 40 anos.

Para Jucelino, se chovesse mais na região, poderiam ser plantadas outras culturas: “Nós temos subsolo rico em água, mas falta o investimento em programa de irrigação pra gente viver melhor porque tudo o que se planta nessa terra dá”, avalia. “Muita gente na cidade quando vê um temporal de chuva chama de mau tempo, mas, pra nós que vivemos na roça, vivemos da agricultura, é só alegria”.



Rita Martins

MULHERES NA COOPERATIVA

Além da escassez de água, moradores da Comunidade Vila Nova, a 15 km de Biritinga, sentem falta de outros recursos, como o conhecimento científico: “A gente tem uma horta comunitária com hortaliças que não se desenvolvem de forma nenhuma. A gente precisa de uma análise de terra pra que a gente não sofra mais do que a gente já sofre”, avalia a agricultora e presidente da Associação Comunitária das Vilas Unidas, Arilma Sousa.

A Associação foi fundada em 2010 e conta com 110 sócios, dos quais 80 são mulheres. Dessas, oito cooperam na produção de polpa de frutas, pães e sequilhos. Os biscoitos vão para a merenda escolar; as polpas de frutas e os pães são vendidos na própria comunidade. “A gente tem muitos quintais produtivos. Tem acerola, manga, goiaba, caju, e a gente só aproveitava a castanha e fazia algum suco, mas 80% dos cajus se perdiam. Então surgiu essa possibilidade de a gente se organizar em grupo para produzir e escoar esses produtos”, conta Arilma.

REMANESCENTES DE QUILOMBO E SERTANEJOS

Os moradores da Comunidade Vila Nova têm orgulho duplo: de ser sertanejo e remanescente de quilombo. É o que conta uma das produtoras da cooperativa, Maria Borges: “Aqui descobri minha origem, minha história, eu não sabia que a gente era remanescente de quilombo. A gente gostou, a gente abraçou essa causa e, se a gente sair daqui, vai estar fugindo da nossa história. Eu não pretendo sair daqui, não”, afirma.

A Comunidade foi certificada como remanescente de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares em 2010 e é formada por 120 famílias sertanejas quilombolas. Lá vivem em média 560 pessoas, e entre elas está a produtora Arilma: “Eu me considero sertaneja, nasci e cresci aqui, foi aqui que a gente se organizou e é aqui que a gente tá vendo perspectiva de vida”. E conclui: “O ser humano é o que come, do que se alimenta, então a gente precisa fortalecer isso nas comunidades rurais e viver e crescer em comunidade”.

Fotos

Abertura: Arilma Sousa contempla a horta comunitária.

Página ao lado: Seu José na lavoura de milho.

Acima: Jucelino na produção de farinha de mandioca da Associação Comunitária.



Maria das Dores Veloso

Fotos

Acima: nascente “olho d’água” que abastece veredas e rios.

Página ao lado: vereda em Januária, Minas Gerais.

Veredas mineiras

Dependendo da época do ano, é possível conhecer duas versões do Norte de Minas Gerais. Na seca, o colorido da flora dá espaço à paisagem monocromática. As estradas arenosas desafiam a passagem de veículos, que por vezes precisam da ajuda de moradores para desatolar e seguir viagem. As chuvas trazem a esperança de rios cheios, pastos esverdeados e terra compactada que facilita a travessia.

Na Comunidade Água Doce, a 22 km do município de Bonito de Minas, o nome já evidencia a importância da água. Ali, D. Maria Pereira Tavares, 46 anos, vive com sua família e não pretende se mudar. Ela cultiva mandioca, feijão, milho e verduras variadas, além de criar galinhas e peixes, tudo graças à vereda conhecida como Pannels, que deságua no Rio Pandeiros, afluente do Médio São Francisco.

OÁSIS DO SERTÃO

É da vereda que a agricultora tira água para consumo próprio e para a produção. Há poucos anos, esse processo era manual. “A água que bebemos vem do rio, eu enchia o balde e trazia. Agora tem um carneirinho [carneiro hidráulico], a água vem pela mangueira e fica caindo no tambor. Quando chove, também enche a caixa”, conta.

Eternizadas no romance “Grande Sertão: veredas”, do escritor Guimarães Rosa, as veredas representam a sobrevivência no sertão mineiro. Elas são consideradas oásis no sertão: “É um ecossistema dentro do Cerrado, com vegetação e solo bem diferentes deste. De forma geral, as veredas localizam-se em áreas rebaixadas, comumente denominadas pelas populações tradicionais como brejos”, explica a pesquisadora do Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Maria das Dores Magalhães

Veloso. “Além de manter a perenidade dos rios, são corredores ecológicos que servem de trânsito para a fauna, matam a sede dos bichos, produzem frutos que alimentam os animais e as comunidades veredeiras e garantem ainda o sustento dessas comunidades, através da extração e venda da polpa do buriti, utilizado para a produção de doces, geleias e cosméticos”, destaca.

Formadas por solo turfoso (rico em matéria orgânica em decomposição), as veredas funcionam como uma espécie de esponja, já que as águas das chuvas, além de abastecer o lençol freático, também encharcam a terra. Essa água armazenada no solo emerge do fundo da vereda e gradualmente abastece os rios durante todo o ano, garantindo a manutenção deles mesmo no período de seca.

RISCO DE EXTINÇÃO

Segundo a pesquisadora, os municípios de Bonito de Minas, Januária e Cônego Marinho possuem cerca de 100 veredas, nenhuma delas totalmente preservada. “Desde a década de 1950, de acordo com informações levantadas pelas pessoas mais velhas da região, cerca de 50 veredas já desapareceram”.

Dona Maria vive da roça e conta com o apoio do programa do Bolsa Família para complementar a renda. Ela entende bem a necessidade de preservação: “Aqui tem água, lugar mais fresco, no brejo onde a gente planta. Não pode roçar na beira

do rio senão seca, né? Aí a gente planta só mais para cá, longe do córrego”. As chuvas que dão vida às veredas são as que garantem o alimento. “Na época de seca não pode plantar, morre tudo. Às vezes a gente planta e, se não tiver dando, a gente deixa. O dia que Deus mandar chuva plantamos de novo”.

José Sebastião dos Santos, técnico agrícola de 51 anos, conhecido por “Tião Grande”, acompanhou de perto os impactos da extinção desse ecossistema. A propriedade dele ficava às margens de uma vereda chamada de Maria Crioula, que secou há cerca de duas décadas. “O buritizal morreu, hoje aqui só tenho babaçu, do qual se extrai a amêndoa e, dela, o óleo. Antes eu tinha cana, fabricava rapadura, mas por falta d’água acabou tudo”, relata, com os olhos distantes, relembando outras épocas.

Segundo ele, outros pequenos negócios produtores de rapadura e cachaça também fecharam, já que a cana exige terrenos úmidos para se desenvolver. “Mais recente, o Córrego do Macaúbas, aqui próximo, também já está seco. Se chover bastante, provavelmente a água começa a voltar, mas é duvidoso”.

Hoje, a água que ele utiliza é coletada da chuva e também de um poço artesiano comunitário. Ter um poço próprio é um desejo, mas que implica gastos. Tião Grande se desdobra como pode e faz sorvete a partir de manga e pequi para vender.

Para a pesquisadora Maria das Dores Veloso, estamos à

beira de um colapso ambiental, em que áreas de extrema importância ecológica e social podem se transformar em desertos. “As veredas constituem uma enorme rede de drenagem e garantem a distribuição da água para oito das onze bacias hidrográficas brasileiras, sendo a bacia do São Francisco abastecida com 91%, a mais dependente de todas. A degradação e consequente morte das veredas e nascentes não afeta somente a região de abrangência do Cerrado, mas pode trazer sérios danos que se estendem do Sul até o Nordeste brasileiro”, afirma ela.

Para reverter esse quadro, ela alerta que é necessário evitar o uso irracional da água, promover o cercamento das veredas e nascentes, evitar o pastoreio excessivo e promover o planejamento das estradas no Cerrado, para evitar o assoreamento tanto das veredas quanto dos rios. Além disso, deve-se criar alternativas de agricultura

“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.”

Guimarães Rosa

sustentável para os veredeiros.

Algumas ações já são realizadas na região, mas ainda são pequenas e isoladas, na opinião da pesquisadora. Entre elas, há projetos de restauração ambiental executados por professores da Unimontes na Vereda do Buriti Grosso, no distrito de São Joaquim – Januária e na vereda do Acari, na Serra das Araras. Outra iniciativa da universidade estadual, em parceria com o Ministério Público Ambiental de Minas Gerais, é o Projeto Vereda Viva, que desenvolve ações de restauração de veredas, educação ambiental, apoio a veredeiros, implementação e produção de mudas de espécies nativas do Cerrado e veredas, bem como levantamento, vistorias e avaliações das condições ambientais das veredas e nascentes. ■



Maria das Dores Veloso

texto Marília Loschi
foto Helena Tallmann
arte e design Pedro Vidal

sertão, sertões





Para quem pensa que sertão sempre foi essa figura do semiárido, da Caatinga, do sertanejo lutando contra a seca, trazemos novidades: não existe um sertão, mas vários sertões.

“Sertão não é sempre a mesma coisa. Em cada período histórico do Brasil, foi atribuída a alcunha de sertão para segmentos do território completamente diferenciados”, explica Maria Lúcia Vilarinhos, integrante da equipe de Geografia do IBGE que coordenou a publicação do “Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras”. Já são três volumes até agora: Brasil Meridional e Sertões Brasileiros I e II. O quarto volume, sobre as áreas costeiras, já está no forno.

“A gente fez dois volumes dos sertões justamente porque são vários sertões e são várias obras em diferentes momentos”, conta Maria Lúcia. Desta forma, espaços que ninguém imaginaria já foram chamados de sertão, como o interior do estado do Rio de Janeiro e até áreas de floresta na Serra do Mar, na época das minerações, quando a palavra sertão estava associada ao perigo.

“Principalmente quando o ouro vinha de Minas para o Rio ou Paraty, sempre havia o problema de ataques de ladrões e mesmo de índios que ocupavam essa área. Então ali ficou conhecido como Sertões do Leste, associada a risco de vida. Não tinha nada a ver com uma característica do território”, aponta Maria Lúcia. No Atlas das Representações Literárias, a literatura brasileira é o grande palco onde as diferentes identidades do sertão se encontram.

Assim, sertão já foi o interior olhado a partir do litoral do Sudeste, como nos romances “O guarani” (1857), de José de Alencar, e “A muralha” (1954), de Dinah Silveira de Queiroz. Já foi sertão do ouro e sertão dos currais da Bahia, tendo neste o exemplo último de “Grande sertão: veredas” (1956), de Guimarães Rosa, com os chapadões, os jagunços, o gado, as grandes distâncias – e as veredas.

“Eu particularmente amo as veredas”, comenta Maria Lúcia. “No sentido poético, pra quem leu o romance, você via a monotonia do Cerrado: quando se viaja pelo Cerrado são quilômetros e quilômetros de uma mesma paisagem, você não tem direção. E a vereda é sempre uma direção. O grande sertão é o indiferenciado – e a vereda é o caminho.” ■

Licia Rubinstein

aglomerados



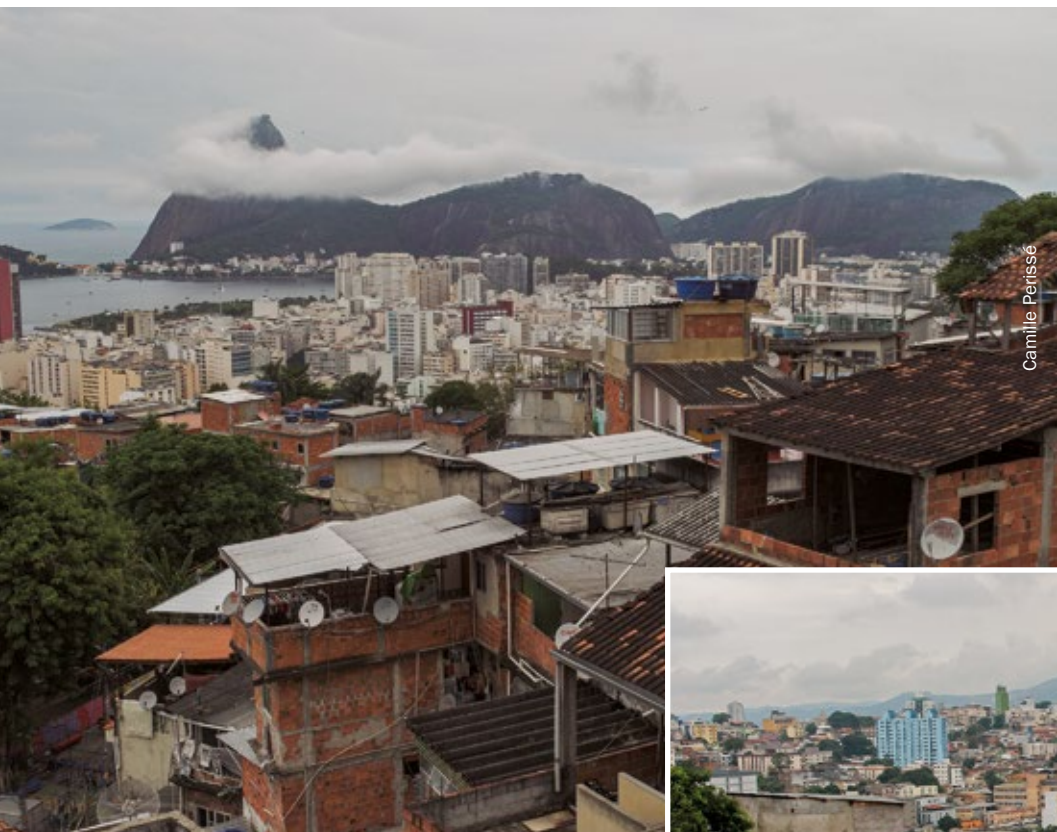


subnormais

desafios da urbanização contemporânea

texto Eduardo Peret, João Neto e Marília Loschi

design Licia Rubinstein



Camille Perissé



Hélène Tallmann

NA MÍDIA, O NOME MAIS COMUM É FAVELA. MAS TAMBÉM PODE SER GROTÃO, INVASÃO, ALAGADO, VILA, BAIRRO – DEPENDENDO DO LUGAR E DE QUEM FALA. TODO MUNDO DEVE TER UMA IDEIA DO QUE SIGNIFICA, NA PRÁTICA, “AGLOMERADO SUBNORMAL”: É O TERMO APLICADO PELO IBGE PARA DESIGNAR UM RECORTE TERRITORIAL CARACTERIZADO POR MORADIAS CONSTRUÍDAS FORA DO PADRÃO LEGAL, DIFICULDADE DE ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS E PADRÃO URBANÍSTICO DIFERENTE DAQUELE DA CIDADE À SUA VOLTA.

Entre 1991 e 2010, a população residente em setores urbanos conhecidos como aglomerados subnormais aumentou em mais de 60%, passando de pouco menos de sete milhões para 11,4 milhões, segundo o Censo Demográfico do IBGE. Além de chamar a atenção de gestores públicos e pesquisadores, esses dados estão diretamente ligados à geração de indicadores para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11.1, que é de “até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas”.

Nas pesquisas do IBGE, a nomenclatura técnica se refere ao fato de ser um aglomerado urbano (um conjunto de habitações que fazem parte da infraestrutura urbana, em uma área delimitada) e é chamado de subnormal porque não condiz com as normas estabelecidas pelo plano urbanístico municipal e/ou porque tem acesso reduzido a uma série de serviços básicos. “A definição foi estabelecida em um fórum de especialistas em 1987 e foi usada pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991”, explica o supervisor da pesquisa de aglomerados subnormais,



O QUE CARACTERIZA UM AGLOMERADO SUBNORMAL?

Moradias construídas sem permissão legal, em terreno público ou privado (situação que pode ser regulamentada posteriormente)

Padrão urbanístico desordenado, manifestado em ruas irregulares, lotes e terrenos desiguais, ausência de calçadas

Ausência ou precariedade de pelo menos um dos quatro serviços básicos:

- Abastecimento de água
- Fornecimento de energia elétrica
- Coleta de lixo
- Esgotamento sanitário

Maikon de Novaes. Em 2006, uma consulta pública determinou a continuidade do uso do nome e, no Censo de 2010, o IBGE foi capaz de usar o conceito como um recorte territorial para promover divulgação de dados estatísticos específicos desse tipo de localidade.

“A divulgação de informações referentes a este tema é cada vez mais necessária para a identificação de problemas de habitação e serve de subsídio para ações governamentais em diversas escalas. Os dados censitários divulgados por áreas de aglomerados subnormais tornam o IBGE uma das poucas instituições mundiais a dar visibilidade a este tema”, comenta Maikon.

A urbanização fora dos padrões determinados gera

algumas dificuldades aos agentes de pesquisa. A distribuição irregular das ruas, o formato desigual dos lotes e terrenos ocupados e a violência cotidiana em algumas áreas são desafios para as operações de grandes pesquisas como o Censo ou a Pnad. “Os setores desse tipo de ocupação merecem uma logística de coleta especial”, explica Maikon, acrescentando que é fundamental a busca de informações nessas áreas.

O supervisor da agência do IBGE de Curitiba (PR), Júlio César Soares, explica que, durante visitas a aglomerados da cidade, o principal cuidado é com a segurança. “Essa é a principal orientação. Mas são orientações simples como sempre ficar próximo ao carro do IBGE, não andar sozinho, nada

Fotos

Aglomerados dividem cenário com áreas nobres das cidades. Da esquerda para a direita, os aglomerados Tavares Bastos, no Rio de Janeiro (RJ); Vila Senhor dos Passos, em Belo Horizonte (MG); Morro Dona Marta, que também é foto da capa, no Rio de Janeiro (RJ); e Ilhinha, em São Luís (MA).



Alana Lima



Fotos

Da esquerda para a direita, o bairro Aguazinha, em Olinda (PE); a moradora do Parque Mariana, em Cuiabá (MT), Kivia Patrine e sua família; Ana Maria da Silva Costa, moradora do bairro Sol Nascente, em Várzea Grande (MT); e Raimundo Nascimento, morador do Morro Santa Teresa, em Porto Alegre (RS).

diferente disso”. Em Olinda (PE), o supervisor da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE de Pernambuco, Nilson Castro, destaca a boa receptividade dos moradores. “A princípio eles ficam desconfiados, com medo de que cortem algum programa social deles, mas depois nos recebem muito bem, muitas vezes até melhor que em outras regiões”.

RESISTÊNCIA, FALTA DE INFRAESTRUTURA E CONVIVÊNCIA COM O PERIGO

Falar de favelas é um tema complexo que acende muitas discussões sobre políticas de identidade. No Rio de Janeiro, a palavra comunidade tem sido usada para falar desses espaços de forma a incluir seu aspecto de convívio e ressignificar a associação imediata entre favela e violência. Mas isso não é consenso: há quem defenda o termo favela como espaço de afirmação de uma identidade própria, de resistência e denúncia de suas condições, e que acredita que falar de comunidades representa apaga-

mento e silenciamento dessas questões.

Independentemente do nome que recebem, os aglomerados representam não apenas um local de moradia, mas carregam o potencial de transformação da realidade dos moradores. Projetos culturais e educativos têm ganhado cada vez mais espaço, levando lazer e inclusão, como em Pirambu, um dos dez maiores aglomerados do Brasil, localizado em Fortaleza (CE). O professor de teatro Geraldo Damasceno coordena um projeto cultural na comunidade, onde também mora: “Por meio da nossa ONG, produzimos 18 curtas-metragens, um média e dois longas com atores formados na comunidade”, diz.

Segundo moradores, viver em um aglomerado subnormal tem vantagens e desvantagens bem específicas. Por um lado, a área pode ser bem localizada, com fácil acesso aos principais serviços urbanos, sem se pagar

muito por isso. É o que acontece na comunidade Tavares Bastos, na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ), localizada em um morro com vista deslumbrante da Baía da Guanabara e famosa por ter sido palco de gravações de novelas, filmes e videoclipes internacionais. A moradora Magali Gonçalves explica: “Aqui, você desce o morro e tem colégio, tem mercado. Quem trabalha ou estuda não precisa ficar muitas horas no transporte”.

O mesmo acontece na Ilhinha, em São Luiz (MA), localizada entre bairros de alto poder aquisitivo, porém exposta a índices de violência também altos. Marcionílio Silva, nascido e criado lá, se diz orgulhoso de morar na comunidade. “Aqui tem tudo, salão, lanchonete, farmácia, loja de roupas, não é preciso se deslocar até o centro da cidade”.

Apesar de uma primeira análise sugerir que a exposição à violência urbana seja algo



Alexandre Guimarães

Alexandre Guimarães



José Zasso

inerente a estes espaços, vale lembrar que nem sempre foi assim. Existem famílias que moram na mesma área há gerações e percebem as mudanças ao longo do tempo. “Nossa casa foi dos meus bisavós”, conta Marli Silva, moradora da vila Senhor dos Passos, em Belo Horizonte (MG). “Aqui é bem localizado, ao lado da Lagoinha (bairro nobre da capital mineira), mas falta segurança. Estamos perdendo muitos jovens de 15, 20 anos, eles morrem cedo, por causa da criminalidade”, relata.

Um outro problema bastante comum: a falta da legalização dos endereços. No bairro Sol Nascente, em Várzea Grande (MT), a moradora Ana Maria da Silva Costa não consegue

receber suas correspondências. “Não temos CEP e por isso não temos o direito de mandar uma carta ou de receber algo pelo correio. Moro aqui já tem 27 anos e isso nunca mudou”, desabafa.

Característica de muitos aglomerados, a falta de asfaltamento nas ruas acarreta em problemas de saúde de moradores do Parque Mariana, em Cuiabá (MT), segundo conta a moradora Kívia Patrino. “Aqui tem muita criança alérgica, com bronquite e asma por causa da poeira”. O mesmo problema dificulta a locomoção dos moradores no Loteamento Jardim Brasil Sul, em Olinda (PE). O caminhoneiro José Juvenal, morador do local, relata que já

ajudou a socorrer um morador porque a ambulância não conseguiu passar devido aos buracos nas ruas. “Eu tive que pegar meu carro e levar a pessoa até a pista de entrada”, conta.

Mesmo com as dificuldades, porém, muitos moradores não manifestam vontade de se mudar de onde vivem. O piauiense Raimundo Nascimento mora no Morro Santa Teresa, às margens do Rio Guaíba, em Porto Alegre (RS), e conta que a comunidade se uniu para resistir às tentativas de remoção. “Tenho muito orgulho dos meus vizinhos, do Rio Grande do Sul, nós nos reunimos e impedimos que tirassem a vila da gente”, afirma. ■

fotos Alana Lima, Alexandre Guimarães, Camille Perisse, Helena Tallmann, José Zasso, Leandro Santos e Licia Rubinstein **colaboraram** Alana Lima, Alexandre Guimarães, Camille Perissé, Helena Tallmann, José Zasso, Larissa Grizoli, Leandro Santos, Paulo Yan Carlôto



você conhece a malacocultura?

texto e fotos Mateus Boing
design Pedro Vidal e Simone Mello

O nome pode soar estranho, mas a malacocultura ou cultivo de moluscos (ostras, mexilhões e vieiras) é uma tradição no Sul do país. Desde 2013 esse cultivo é pesquisado pelo IBGE na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), que registrou produção de mais de 20,8 toneladas de moluscos no Brasil em 2016 – e Santa Catarina é responsável por 97,9% de tudo isto.

Andando de um lado para o outro, o maricultor Nelson Silveira Júnior recebe os pedidos pelo celular e os anota num quadro na parede enquanto dá ordens e acompanha o trabalho dos funcionários da Atlântico Sul, uma das maiores fazendas marinhas do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. É uma manhã de quarta-feira, fim de novembro, com mar calmo, sol entre nuvens e temperatura

agradável no histórico distrito localizado no sul da ilha de Santa Catarina, a 22 km do centro da cidade.

Mas a agitação do engenheiro agrônomo de 57 anos contrasta com a atmosfera local: a correria é para dar conta das encomendas que serão despachadas por avião para restaurantes de Brasília, Rio, Salvador, São Paulo e demais lugares do país onde ostras da capital ca-

tarinense poderão ser servidas no mesmo dia em que foram retiradas do mar (se mantidas vivas em ambientes refrigerados, elas podem ser consumidas em até três dias).

Naquela manhã primaveril de novembro, Nelson comandava uma equipe de cinco pessoas na fazenda marinha – sem contar o motorista que levaria as encomendas para o entreposto da empresa, onde





as ostras recebem certificação do Serviço de Inspeção Federal (SIF) antes de a carga ser embarcada no aeroporto de Florianópolis.

Um dos funcionários, o gaúcho Henrique Pedrosa da Cunha, de 36 anos, mora há 20 anos na ilha, 15 deles trabalhando na

maricultura. Faz sete meses que ele está na Atlântico Sul. Depois de Nelson Ihe repassar os

pedidos, ele vai de barco até as *long-lines* (fileiras de boias azuis ou brancas, a cerca de 100 metros da praia), onde são fixadas as lanternas, caixas submersas, de madeira e tela, nas quais as ostras se desenvolvem. A maioria das ostras cultivadas em Santa Catarina são da espécie japonesa *Crassostrea giga*, que cresce em águas mais frias, como as do Sul do país, e leva em média nove meses para amadurecer. Das sementes até a fase adulta, as ostras são retiradas da água a cada 40 dias e vão sendo selecionadas até serem classificadas de acordo com o

tamanho: grande, média, *baby*, *baby* bonita e *babyzinha*.

Enquanto Henrique busca as ostras no mar, o haitiano Pierre Elize, de 32 anos, remenda lanternas danificadas. Faz um ano que ele deixou mulher e filho no Haiti para trabalhar no Brasil. Mesmo

sem entender português muito bem, ele conta que “já faz de tudo” na fazenda, onde trabalha há cinco meses.

Logo em seguida é chamado por Nelson para ajudar a colega Aparecida da Silva Ribeiro, de 56 anos, a selecionar ostras.

Há dez anos na maricultura, Aparecida trabalhava antes na limpeza pública de Florianópolis. Acostumada com serviço pesado, ela diz que prefere a fazenda marinha porque “é mais fresquinho”. Já o gerente Alex Schurtz, de 27 anos, conta que toda a sua família lida ou já lidou com maricultura. A vantagem de ser empregado, segundo ele, é correr menos riscos. Uma tempestade forte, por exemplo, pode romper as

long-lines e acabar de uma só vez com a produção de um pequeno maricultor. Ou no caso de fatores biológicos, como proliferação de microalgas tóxicas, a comercialização de moluscos pode ficar suspensa por semanas.

Na Atlântico Sul, o empregado trabalha das 7h às 17h durante a semana, saindo uma hora mais cedo às sextas, com salário em torno de R\$ 1.200. Condições que atraíram Juan Floriano, de 20 anos, há cinco meses na empresa. “Sou casado e a mulher está grávida”, conta.

Os quatro hectares de mar usados pela Atlântico Sul para o cultivo de moluscos foram concedidos pela União através de licitação. “São 20 anos de contrato e durante o período se paga taxa ao governo federal”, explica Nelson, que está no ramo há 22 anos e não desiste de sonhar com o dia em que o consumo de moluscos faça parte da cesta básica do brasileiro. “É uma proteína produzida de forma barata e de maneira ecológica. Na Espanha e na França se consomem mariscos como se consome frango no Brasil”, diz o produtor. ■

Fazendas marinhas

A malacocultura faz parte de um conjunto ainda maior: a maricultura, que é o cultivo de organismos marinhos como algas, crustáceos, peixes e moluscos.

“É uma proteína produzida de forma barata e de maneira ecológica”

Nelson Silveira Júnior

O IBGE de Giulia

texto Mônica Marli

foto Acervo pessoal

design Licia Rubinstein

colaboração Karina Meirelles



Durante um passeio com sua mãe pelas ruas de Boa Vista, em Roraima, Giulia Amaral, de seis anos, passou em frente ao prédio do IBGE e gritou: “Aqui é o IBGE, onde fazem o Censo!” Essa história chegou aos ouvidos dos servidores do órgão e a pequena foi convidada para visitar o Instituto. A equipe da Retratos conversou com Giulia pelo telefone para saber como foi esse dia e também para descobrir como surgiu todo esse carinho dela pelo IBGE.

Retratos Olá, Giulia. Tudo bem? Nós ficamos curiosos para saber como você ficou conhecendo o IBGE.

Giulia Eu vi uma vez na revista que o IBGE faz o Censo.

Retratos Que legal! E que revista era essa?

Giulia Era uma revista de desenhos e de palavras.

Retratos De palavras também?

Giulia É, mas não tinham taaaantas palavras assim, não!

Retratos E qual era a história dessa revista?

Giulia Era a história de uma menina do IBGE que foi numa casa e entrevistou todo mundo. Eu gostei muito porque o filho disse que o IBGE faz o Censo.

Retratos E você sabe o que é o Censo?

Giulia É a contagem das pessoas de um país.

Retratos Muito bem! E por que você gosta do IBGE?

Giulia Eu adoooooro números!

Retratos Que bom! E de mapas, você gosta também?

Giulia Sim. Adooooooooo. Eu gosto de ver os estados que tem no mapa. Eu vi um estado que eu viajei para lá, o Mato Grosso do Sul.

Retratos E o que você gostou de lá?

Giulia Tem bichos, tem capivara, tem arara, tem um monte de bicho lá.

Retratos E você gostou do seu dia no IBGE?

Giulia Eu gostei de conhecer lá porque tinha váááááários livros. Eu fiquei muito feliz porque recebi muitos presentes: um Atlas, um livrinho para escrever, um mapa e um boné!!!

Retratos Que legal! E você já sabe o que quer ser quando crescer?

Giulia Uma trabalhadora do IBGE. ■

A arte de retratar o Brasil



Espelho Meu, 2008 - Sílvia Almeida, Corumbá - MS

Brasil em números

volume 25
2017

Brazil in figures



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



